

A. I. N° - 140778.0005/03-0
AUTUADO - SÃO CRISTOVÃO VEÍCULOS E PEÇAS
AUTUANTE - VALTÉRCIO SERPA JUNIOR
ORIGEM - INFAZ IGUATEMI
INTERNET - 09.06.04

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0194-03/04

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. Infração comprovada. Negado o pedido de diligência. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração de 30/09/2003, exige ICMS no valor de R\$5.732,24 e multa de 60%, em decorrência da falta de recolhimento do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e relacionadas nos anexos 69 e 88.

O autuado ingressa com defesa, fls. 125/128, e argumenta que o direito à utilização do crédito tributário é decorrente do princípio constitucional da não cumulatividade. Aduz que detendo-se no exame dos documentos que anexa, comprova que adimpliu com suas obrigações tributárias, e para tanto faz a juntada dos seguintes documentos:

1. Planilha descritiva das respectivas notas fiscais apontando suas respectivas escriturações e recolhimentos;
2. Cópia de vinte e sete Notas Fiscais de Entradas;
3. Cópia do Termo de Abertura do livro Registro de Entrada n° 007;
4. Cópia de onze folhas de Registro de Entradas do livro n° 007;
5. Cópia da folha 0039 do Termo de Encerramento, livro LRE n° 007;
6. Cópia do Termo de Abertura do livro LRE n° 008;
7. Cópia de seis folhas do livro RE 008;
8. Cópia de três folhas do livro RE n° 009;
9. Cópia de quatro Documentos de Arrecadação Estadual;
10. Cópia do Auto de Infração composto de 25 folhas.

Pede a improcedência do Auto de Infração.

O autuante presta a informação fiscal de fls. 246/248, e lamenta que o autuado tenha anexado ao processo documentos que já faziam parte dos autos, tornado-o desnecessariamente mais volumoso, uma vez que teve o cuidado de acostar os elementos entendidos como necessários para caracterizar a infração apontada.

Também, tratando-se de lançamento no qual a Fazenda Pública impõe o pagamento de ICMS decorrente de aquisições interestaduais de mercadorias sujeitas a antecipação tributária (auto

peças), o autuado não rebate tal imputação, vindo a argüir apenas e tão somente, direito à utilização de crédito fiscal, diante do princípio da não cumulatividade.

Diz que a GNRE acostada à folha 156, cujo ICMS teria sido recolhido através do Banco Banespa, em 22 de outubro de 2001, no valor de R\$113,44 não consta na relação de DAEs do contribuinte para o ano de 2001. Afirmo o mesmo, com relação aos documentos de fl. 163, nos valores de R\$17,39 e de R\$411,93, os quais igualmente não constam nos extratos de controle de arrecadação da SEFAZ. O mesmo ocorre em relação à GNRE cuja cópia o autuado acostou às fl. 168, no valor de R\$380,53, assim como a de fl. 178, no valor de R\$ 459,34, a qual teria como data de recolhimento 22 de julho de 2002.

Considera que efetivamente houve o recolhimento por constar no extrato de pagamentos, e devem ser tal valores expurgados do total do lançamento:

1. Documento de fl. 160, no valor de R\$268,93;
2. Documento de fl. 172, no valor de R\$ 87,92;
3. Documento de fl. 180, no valor de R\$167,80;
4. Documento de fl. 183, no valor de R\$306,69;
5. Documento de fl. 188, no valor de R\$ 5,95;
6. Documento de fl. 189, no valor de R\$371,63;
7. Documento de fl. 191, no valor de R\$201,71.

Quanto ao documento de arrecadação, GNRE, constante nas fl. 170, no valor de R\$221,93, que refere-se à Nota Fiscal nº 55, o recolhimento do imposto, deu-se a menor do que o devido, razão pela qual fica mantida a cobrança da diferença entre R\$259,38 (devido) e R\$221,93 (recolhido), o que importa em R\$37,45.

Pede que o Auto de Infração seja julgado Parcialmente Procedente.

O autuado ao ser cientificado da informação fiscal, aduz que não houve o exame dos documentos solicitados por ocasião da fiscalização, assim como aqueles anexados por ocasião da apresentação da defesa inicial, quando fez a juntada onde as provas são irrefutáveis, diante dos documentos apresentados, com o detalhamento em planilhas que dirimem toda e qualquer dúvida. Reinvidica a realização de revisão fiscal por preposto estranho ao feito, para a comprovação de que o Auto de Infração em questão é Nulo ou Improcedente.

VOTO

Nego o pedido de diligência pois os elementos constantes do presente processo administrativo fiscal são suficientes para a formação do meu convencimento de julgadora.

O presente Auto de Infração decorreu da falta de recolhimento do ICMS, por antecipação, relativamente à aquisição em outro Estado, de mercadorias enquadradas na substituição tributária.

O autuado em sua peça de defesa comprova parcialmente que havia recolhido o ICMS na condição de substituto tributário, vez que a empresa comercializa auto peças, produtos sujeitos à substituição tributária.

Deste modo, o autuante, na informação fiscal, acatou alguns comprovantes de pagamentos tais como:

1. Documento de fl. 160, no valor de R\$268,93 – Nota Fiscal nº 006180
2. Documento de fl. 172, no valor de R\$ 87,92 - Nota Fiscal nº 14/11/2002
3. Documento de fl. 180, no valor de R\$167,80 - Documento 102.107 - 21/10/2002
4. Documento de fl. 183, no valor de R\$306,69 - Nota Fiscal nº 27643/432
5. Documento de fl. 188, no valor de R\$ 5,95 - Nota Fiscal nº 409324
6. Documento de fl. 189, no valor de R\$371,63 - Nota Fiscal nº 409324
7. Documneto de fl. 191, no valor de R\$201,71 - Nota Fiscal nº 132282

Quanto ao documento de arrecadação GNRE, constante na fl. 170, no valor de R\$221,93, que refere-se à Nota Fiscal nº 55, o recolhimento do imposto deu-se a menor do que o devido, razão pela qual fica mantida a cobrança da diferença entre R\$259,38 (devido) e R\$221,93 (recolhido), o que importa em R\$37,45.

Concordo com a exclusão dos valores acima, contudo, verifico que o autuante não incluiu no demonstrativo de débito de fl. 2, o valor de R\$268,93 relativo à Nota Fiscal nº 006180, do mês de dezembro de 2001, não sendo portanto exigível tal valor nesta autuação.

Constato que a GNRE acostada à fl. 156, cujo ICMS teria sido recolhido através do Banco Banespa, em 22 de outubro de 2001, no valor de R\$113,44 não consta na relação de DAEs do contribuinte para o ano de 2001. O mesmo ocorreu, com relação aos documentos de fl. 163, nos valores de R\$17,39 e de R\$411,93, os quais igualmente não constam nos extratos de controle de arrecadação da SEFAZ. Manifesto a mesma objeção, em relação à GNRE cuja cópia o autuado acostou às fl. 168, no valor de R\$380,53, assim como a de fl. 178, no valor de R\$459,34, a qual teria como data de recolhimento 22 de julho de 2002. Portanto, estes documentos não servem para demonstrar a suposta irregularidade da exigência fiscal.

Assim, com a exclusão dos valores que foram devidamente comprovados pelo autuado, em sua peça de defesa, o demonstrativo de débito passa a ter a seguinte configuração:

Data Ocorr.	Data Venc.	Base de Cálculo	Alíquota	Multa	Valor histórico	Valor em real
31/01/01	09/02/01	2.725,88	17	60	463,40	463,40
28/02/01	09/03/01	3.938,41	17	60	669,53	669,53
31/03/01	09/04/01	951,41	17	60	161,74	161,74
30/04/01	09/05/01	227,00	17	60	38,59	38,59
31/08/01	09/09/01	2.689,17	17	60	457,16	457,16
30/09/01	09/10/01	3.340,23	17	60	567,84	567,84
31/10/01	09/11/01	1.490,64	17	60	253,41	253,41
30/11/01	09/12/01	272,11	17	60	46,26	46,26
31/01/01	09/02/01	1.396,82	17	60	237,46	237,46
28/02/02	09/03/02	5.523,64	17	60	939,02	939,02
30/06/02	09/07/02	221,00	17	60	37,45	37,45
31/07/02	09/08/02	3.133,00	17	60	532,61	532,61
Total		25.909,31			4.404,47	4.404,47

Voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **140778.0005/03-0**, lavrado contra **SÃO CRISTOVÃO VEÍCULOS E PEÇAS**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$4.404,47**, acrescido da multa de 60% , prevista no art. 42, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 02 de junho de 2004.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR